

VISTO
BH. 05/04/2017
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

FUNDAÇÃO RENOVA
(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)

CNPJ/MF nº 25.135.507/0001-83

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2017**

1. **Data, Horário e Local:** No dia 27 de abril de 2017, às 09 horas, na sede social da Fundação Renova, localizada na Av. Getúlio Vargas, 671, 4º andar, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
2. **Convocação, Presença e Instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 25 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:
 - 2.1. Conselheiros titulares indicados pela Mantenedora Principal Samarco Mineração S.A., os senhores Wilson Nélio Brumer e Celso Castilho de Souza, participando de forma presencial;
 - 2.2. Conselheiros titulares indicados pela Mantenedora Subsidiária Vale S.A., os senhores Wilson Márcio Depes e Luiz Soresini, participando de forma presencial;
 - 2.3. Conselheiros titulares indicados pela Mantenedora Subsidiária BHP Billiton Brasil Ltda., os senhores Ian Burton Wood e Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão, participando de forma presencial;
 - 2.4. Conselheiro titular indicado pelo Comitê Interfederativo, o senhor Fábio José Feldmann, participando de forma presencial;
 - 2.5. Presentes também os seguintes convidados do Conselho Curador: Roberto Silva Waack, Diretor Presidente da Fundação Renova, Marcelo Eduardo Figueiredo, Diretor de Programas da Fundação Renova, Andrea Aguiar Azevedo, Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova, Leonardo André Gandara, Gerente Jurídico da Fundação Renova e Guilherme Almeida Tângari, Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova.

Em obediência aos termos do Estatuto Social da Fundação Renova, em especial ao artigo 26, o Presidente da Mesa (indicado no item 3 abaixo) atestou o cumprimento das formalidades de convocação, atestou a existência de quórum suficiente e instalou a reunião.

3. **Mesa:** Presidente: Sr. Wilson Nélio Brumer. Secretário: Sr. Guilherme Almeida Tângari.
4. **Ordem do Dia:**
 - (a) Painel de acompanhamento de ações originadas nas reuniões anteriores;
 - (b) Acompanhamento de saúde e segurança;
 - (c) Assuntos para deliberação do Conselho Curador:
 1. Relatório anual de atividades

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FW', 'G', and others.]



2. Termos de cooperação com a Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INDI) e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG);
 3. Constituição de unidade autônoma da Fundação na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo;
- (d) Assuntos para discussão:
1. Visão de longo prazo da fundação;
 2. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), Estatuto e Regimento Interno;
 3. Transição de contratos;
 4. Plano de Candonga;
 5. Plano de manejo de rejeitos;
 6. Gestão hídrica;
 7. Proibição da pesca;
 8. Programa de *workshops* futuros;
 9. Comitê Técnico e Conselho Consultivo
- (e) Assuntos para informação:
- (f) Relato de auditoria (processo de contratação da gerenciadora);
- (g) Relato financeiro;
- (h) Atualização da gestão jurídica;
- (i) Aspectos de *compliance*;
- (j) Encerramento e avaliação da reunião.

VISTO
BH. 05/04/2019

Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

5. **Discussões:**

- 5.1. O Presidente do Conselho iniciou os trabalhos solicitando ao Diretor Presidente que apresentasse uma atualização das atividades conduzidas pela Fundação desde a última reunião do Conselho Curador;
- 5.2. O Diretor Presidente informou sobre os pontos mais relevantes em relação à gestão atual, a saber, (i) a consolidação da cultura de gestão e atenção *multistakeholder*, (ii) a conciliação de ações de curto prazo (pós-emergenciais) com as de longo prazo (legado de desenvolvimento), e (iii) a instalação de sistemas básicos de suporte para o funcionamento de uma organização com a complexidade e dimensão da Fundação Renova, incluindo estrutura organizacional, equipe de profissionais, processos de suprimento, *compliance*, comunicação, finanças, administração, etc. Essas três frentes buscam a entrega de soluções aceitas pela sociedade e implementadas com qualidade técnica e eficácia dos resultados, acolhidos por uma governança extremamente diversa, volátil e complexa. Por algum tempo a Fundação poderá ter situações de sobreposição de esforços e ineficiências com contratações de apoios externos acima do normal para uma organização do terceiro setor. A expectativa é que, em 2018, com a garantia de qualidade e alinhamento de expectativas com a sociedade, o foco poderá ser no incremento da eficiência econômica. Obviamente não se pretende com esta observação sinalizar desperdícios, muito menos obter licença para tanto, mas indicar as prioridades de gestão vigentes: cumprir o TTAC no curto prazo, com o máximo de qualidade, endosso das instâncias legais, de governança e da sociedade, desenvolvendo e garantindo ao mesmo tempo, legado de longo prazo;

[Handwritten signatures and initials]



VISTO
SH. 05/04/2017
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

- 5.3. No que diz respeito à governança externa, a última reunião do Comitê Interfederativo (CIF) transcorreu bem, com aprovações relevantes. Destaca-se o Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático (PMQQS), fruto de longas discussões com a Agência Nacional de Águas (ANA) e respectiva Câmara Técnica. Este encaminhamento fundamenta e organiza as ações de monitoramento de água por parte da Fundação, tema sensível e objeto de ações sobrepostas e com carência de articulação. Foi também aprovado o uso do Indicadores de Sustentabilidade em Agrossistemas (ISA), decorrente de convênio da Fundação com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), como referência para desempenho dos programas de restauração da atividade agropecuária em áreas atingidas com rejeito. Foi o primeiro indicador formalmente aprovado pelo CIF. Ainda no campo das sinalizações positivas, mais um lote de cadastro foi validado, indicando consistência de dados. Em adição a este tema, o cumprimento do prazo de entrega de mais de 14 mil cadastros foi atestado pelo CIF. Outra frente com bom resultado foi a aprovação do relatório “Diagnóstico sobre Cultura e Turismo para as regiões da foz do rio Doce”. Por fim, foi aprovado o primeiro Programa de Asseguração da EY que teve como foco as atividades de infraestrutura. Este passo é importante pois pavimenta a forma como se dará o papel da EY na asseguaração das entregas da Fundação;
- 5.4. Houve três deliberações que podem ser consideradas de impacto negativo. A primeira, já esperada, foi a não aceitação do recurso impetrado pela mantenedora principal para afastar a multa referente à dragagem do reservatório de Candonga. O lado positivo desta medida foi a orientação de que a multa seja revertida para a própria Fundação Renova para execução de atividades naquele local, em complemento aos recursos já definidos no TTAC. Esta deliberação demandará desdobramentos indicados no plano de transição de Candonga. Houve também uma indicação negativa no que se refere à condução das atividades relacionadas à saúde, notadamente inserção no Sistema Único de Saúde (SUS). A fragilidade deste tema já havia sido detectada pela Fundação e ainda não tem equacionamento adequado, demandará esforços internos e é dependente da estruturação e consolidação do time da área social da Fundação Renova;
- 5.5. O tema mais complexo decorrente da reunião do CIF foi a inclusão de novas localidades no conjunto de regiões indicadas como de abrangência socioeconômica. Esta deliberação indica a demanda por realização de um volume adicional significativo de cadastros com consequente impacto financeiro e, especialmente, de aumento de expectativas de indenizações por parte das comunidades locais. A deliberação foi seguida de grande movimentação nas redes sociais. A ação da Fundação é de analisar a pertinência deste pleito;
- 5.6. Quanto à governança interna, houve a realização da terceira rodada de reuniões dos Conselhos Consultivo e Fiscal. Ambos com funcionamento positivo: representativos, participativos e construtivos. O desafio, já previsto, será capacidade de resposta às expectativas criadas. O papel do Conselho Consultivo é preponderantemente de escuta das demandas da sociedade. Uma delas é a participação do líder do Conselho Consultivo na reunião do Conselho Curador, tema que será discutido nesta reunião;
- 5.7. A principal mensagem do Conselho Consultivo é o abalo do tecido social de comunidades com o processo de indenização em curso (auxílio emergencial, cadastros, indenização mediada). Gera expectativas acima do razoável, burocracia do processo (comprovações de atividades informais, por exemplo) e conflitos entre os próprios membros da comunidade (em função de desbalanceamento das indenizações). É evidente a necessidade de maior foco e capacitação da Fundação no campo social, sendo claramente indicado que os próximos meses e talvez anos serão fortemente conflitantes em função de negativas de indenizações ou mesmo não atingimento das expectativas criadas no processo de cadastramento;
- 5.8. O suporte às atividades do Conselho Curador avançou substancialmente com a definição do fluxo de informações e na disponibilização de documentos no site do Conselho. O processo de reflexão estratégica se iniciou, com preparação e envio aos conselheiros de material com

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right and several smaller ones.]



indicação de visões e desafios para a Fundação no longo prazo. Um evento para esta finalidade está sendo organizado e deverá ocorrer nas próximas seis semanas;

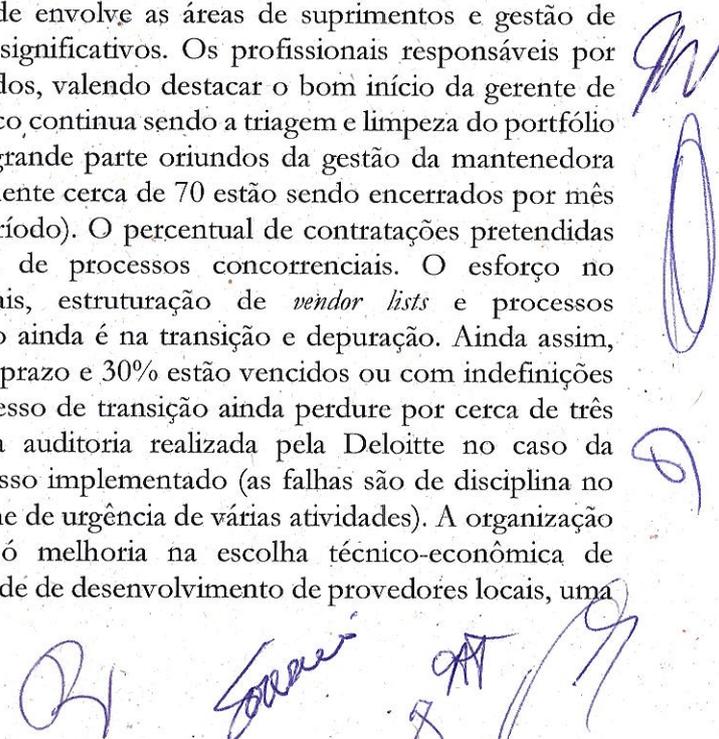
5.9. No que diz respeito ao relacionamento externo, apesar de enormes esforços de presença no território, a Fundação ainda está muito aquém do desejado no relacionamento com comunidades impactadas. Sem ter a ambição de que esta pacificação ocorrerá no curto prazo, identificamos oportunidades de melhorias na presença física e no reforço da capacitação interna. A contratação do gestor dos programas socioeconômicos é prioridade e deverá ter experiência incontestada neste campo. Várias medidas estão sendo implementadas incluindo a instalação de 11 pontos de atendimento e diálogo. Parte das comunidades atingidas incrementou a tática de invasão da ferrovia como alternativa para forçar entregas de cartões, cadastros e pagamento de indenizações. Ações conjuntas com a mantenedora subsidiária Vale foram implementadas, mas a Fundação permanece como organização independente, sinalizando claramente que não negocia com invasores;

5.10. Houve volume significativo de reuniões com órgãos do Ministério Público (MP), consolidando aproximação e alinhamento de expectativas para nova fase do TTAC. No entanto, a falta de sintonia entre o relacionamento do MP com a Fundação e com as mantenedoras é evidente. É preciso haver maior interação entre as organizações, notadamente no que se refere a informações sobre execução de programas. Continuam as ações decorrentes das aproximações com FINDES e FIEMG, já se transformando em projetos concretos com os órgãos do Sistema S. Continua a profusão de reuniões com prefeituras, comunidades, órgãos reguladores e parceiros potenciais, demandando imenso esforço dos principais gestores. É evidente a necessidade de otimização deste atendimento;

5.11. Adentrando nos assuntos da gestão da Fundação, o maior desafio continua a ser a contratação de profissionais para substituição dos cedidos e compartilhados. As áreas críticas são: ouvidoria, gestão social, comunicação, gestão de *stakeholders* e territórios e equipe de engenharia para frentes de infraestrutura. Tivemos reversão de expectativas na contratação do ouvidor, cujo candidato desistiu depois das negociações terem sido concluídas. Trata-se de área extremamente crítica e a negociação de um segundo candidato está bem avançada. Ainda no campo da gestão, uma das maiores preocupações é com o nível de estresse e qualidade das condições de trabalho. Foi necessário a contratação de mais espaço no edifício. As instalações definitivas estão previstas para junho de 2017. O programa de Identidade e Cultura avançou com a preparação de ações para disseminação da apresentação da Fundação em todas as frentes, que deverá ocorrer no mês de maio;

5.12. A outra frente com alto nível de criticidade envolve as áreas de suprimentos e gestão de contratos, que começa a mostrar avanços significativos. Os profissionais responsáveis por essas atividades estão plenamente empossados, valendo destacar o bom início da gerente de suprimentos, a Sra. Débora Michelassi. O foco continua sendo a triagem e limpeza do portfólio de contratos vigentes. São cerca de 1000, grande parte oriundos da gestão da mantenedora principal e que estão sendo revistos. Atualmente cerca de 70 estão sendo encerrados por mês (contra 50 requisições novas no mesmo período). O percentual de contratações pretendidas ainda está elevado, comparado ao total de processos concorrenciais. O esforço no cadastramento de fornecedores potenciais, estruturação de *vendor lists* e processos concorrenciais tem sido grande, mas o foco ainda é na transição e depuração. Ainda assim, 15% dos contratos ainda são pagos fora do prazo e 30% estão vencidos ou com indefinições sobre renovação. Estimamos que este processo de transição ainda perdure por cerca de três meses. Boa notícia neste campo é que a auditoria realizada pela Deloitte no caso da gerenciadora indica boa qualidade do processo implementado (as falhas são de disciplina no cumprimento das regras em função do regime de urgência de várias atividades). A organização da área de suprimentos permitirá não só melhoria na escolha técnico-econômica de fornecedores, mas também reforçar a atividade de desenvolvimento de provedores locais, uma das missões da Fundação;

VISTO
BH. 05/09/2017
Gabriela Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações





5.13. Ainda no campo das frentes críticas, as atividades de comunicação tiveram avanços significativos no mês. O esforço para elaboração do relatório de atividades resultou num documento muito elogiado (ainda a ser aprovado pelo Conselho). O boletim externo foi lançado e várias inovações foram incorporadas no *site* eletrônico. A apresentação padrão da Fundação foi concluída e testada em várias oportunidades. Nas próximas semanas serão lançados o programa de rádio e de mídia social (*Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*). O projeto de memória avança bem e o processo de contratação de pesquisa de percepção foi lançado, sendo previsto o término do processo em agosto;

4. A Fundação avançou bastante na estruturação de um processo de gestão de *stakeholders*, voltado para responder às crescentes demandas por reuniões, parcerias, eventos, etc. Foi criado um núcleo para organização e atendimento a essas demandas, responsável por gerir um passivo de respostas que atinge mais de 2000 casos. Atualmente são recebidas inúmeras demandas diárias, oriundas de todo o território, gerando expectativas por respostas rápidas e desagrvos por não atendimento tempestivo;

5.15. Ainda no campo do engajamento, foi definido processo para inclusão de atores da sociedade no processo de identificação dos problemas, desenho de soluções, indicação de resultados esperados e mecanismos de monitoramento da implementação. Este processo envolve a realização de oficinas e encontros com sistemática definida, mas não se limitam apenas a este procedimento. Busca-se a construção de escala que parte da informação, passando para a compreensão pelos principais *stakeholders* dos objetivos e ações da fundação, evoluindo para o efetivo engajamento nas soluções seguida pela defesa e propagação das iniciativas indicadas. Este processo é longo e somente será bem-sucedido se viabilizado por meio de um amplo conjunto de oportunidades de relacionamento;

5.16. A área de *compliance* tem sido muito ativa, com inter-relacionamento em muitos processos, e o Comitê de *Compliance* está funcionando de forma positiva. A cultura de *compliance* vem se disseminando, tendo sido realizados treinamentos de forma bastante ampla (514 pessoas nos dois últimos meses), além de avaliação de 95 fornecedores. Foram realizadas mais de 40 *due diligences* no mesmo período. De um total de 1200 processos de compra iniciados, 3% foram obstados por questões de *compliance* (índice médio compatível com setores privados) e devidamente tratados;

5.17. A atividade jurídica segue extremamente demandada. Desde a criação da Fundação, cerca de 2500 demandas (ofícios, discussões extrajudiciais, atendimento a requisições do MP e de órgãos públicos, dentre outros) foram concluídas, restando cerca de 350 demandas abertas e em processo de resposta. Sobre o processo de comunicação, o relatório anual de atividades foi finalizado após várias rodadas de discussão e finalmente chegamos ao produto final. O processo de relacionamento com *stakeholders* também foi redefinido, inclusive com ajuste de equipe, o que nos indica que nas próximas semanas estaremos em melhores condições;

5.18. A estruturação do processo para atendimento das auditorias avançou com a contratação de empresa para estruturação do banco de dados. Reuniões com duas das auditorias contratadas pela mantenedora principal no âmbito do Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) celebrado com o Ministério Público Federal (MPF), Ramboll e Lactec, vêm ocorrendo de forma satisfatória, sem grandes interferências no dia a dia da Fundação. O ponto chave neste campo, já mencionado no item governança, se refere a assimetria de informações entre as mantenedoras e a Fundação, fazendo-se necessária maior coordenação neste campo;

5.19. Neste mês o sistema de gestão à vista foi implementado, permitindo melhor acompanhamento da evolução das diversas frentes gerenciais e de programas e projetos. Mais de 100 procedimentos administrativos estão prontos para validação, com prioridade aos que envolvem suprimentos, gestão de contratos, gestão econômica, saúde e segurança e *compliance*. A área de segurança e saúde tem desempenho bastante positivo, sem nenhum evento com

VISTO
BH. 05/04/2017
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

[Handwritten signatures and initials]



gravidade e muita atenção a incidentes significativos. Esforços de treinamento e capacitação continuam;

- 5.20. Quanto aos aspectos financeiros, a gestão e os controles estão de acordo, com processos implementados. São observados avanços na gestão econômica, com disseminação para os gestores de seus desempenhos, com o foco na disseminação da cultura de gestão econômica e, nas próximas semanas, na melhoria da qualidade dos apontamentos. A execução orçamentária dos programas continua abaixo do previsto (atingindo cerca de 65% do orçado), especificamente impactada pelo Programa de Indenização Mediada (PIM), representando cerca de 85% do não atingido (no acumulado). O orçamento das despesas de gestão também abaixo do previsto (atingindo 50% do orçado), com custo menor de mão-de-obra devido a curva de contratações com velocidade menor e menores desembolsos com consultorias jurídicas e outros serviços em geral. Finalizando, mencionou os valores em caixa, devidamente aplicados conforme procedimento aprovado, inclusos valores da reserva de Barra Longa;
- 5.21. Especificamente quanto aos programas e projetos, os desafios principais ainda são a consolidação dos recursos humanos internos (contratações) e a contratação da gerenciadora. Continuamos dedicando grande esforço na transição das atividades de engenharia e infraestrutura, com produção conjunta de plano com mantenedora principal. Criticidade alta indica que ações conjuntas e grande proximidade com empresas deve continuar, mas há conflitos significativos no que se refere à abordagem junto a prefeituras e órgãos reguladores, notadamente no caso de Candonga;
- 5.22. Foi entregue o relatório de Candonga, com detalhamento da fase 1 (barramentos e dragagem dos 400m) e previsão de entrega da solução definitiva em meados do segundo semestre. A resposta dos órgãos destinatários do relatório ainda não ocorreu. Com relação ao Eixo 1, os esforços estão concentrados na engenharia detalhada e licenciamento (considerado como emergencial por órgãos reguladores). Foi entregue o Plano de Manejo de Rejeitos, tendo sido objeto de discussões polêmicas sobre seu escopo, metodologia e qualidade. Para mais de 60% da área afetada, há indicação de solução. O restante ainda demanda estudos técnicos adicionais, o que pode não ter uma boa recepção dos destinatários;
- 5.23. A Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água (CT-FLOR) definiu os termos de referência para a atividade de restauração florestal e o tema, altamente polêmico, com antagonismos entre os diversos atores envolvidos será objeto de workshop que ocorrerá na próxima semana. Devem se ressaltar avanços no envolvimento do BNDES em programas conjuntos nesta área;
- 5.24. O programa de cadastro vem avançando bem, atingindo cerca de 15 mil, sendo cerca de 14 mil validados pelos cadastrados e pela Casa Civil. No entanto este assunto deverá voltar a ser polêmico, pois a Fundação questionará a inclusão de parte das comunidades com demanda de cadastros adicionais. O PIM referente ao dano moral pelo desabastecimento de água vem avançando bem, embora ainda abaixo do previsto no consolidado, o que levou a Fundação a implementar estratégias de reforço. Prazo para sua conclusão deve se estender por dois meses além do previsto e, por isso, negociações vem sendo entabuladas com a Câmara Técnica de Organização Social (CT-OS). Decisões importantes do Poder Judiciário do Espírito Santo no mês passado e em Minas Gerais neste mês geraram precedentes altamente relevantes. As adesões se aproximam dos 100 mil acordos firmados e metade já pagos, com consequente extinção de ações judiciais. Além da jurisprudência mencionada, este mês foi celebrado acordo com Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para criação de um painel de mediação com objetivo de composição em cerca de 58 mil ações envolvendo as mantenedoras, sendo a Fundação Renova indicada pelo TJMG como facilitadora da mediação do conflito. É um importante atestado de neutralidade da Fundação, dada por órgão do Poder Judiciário. O Diretor Presidente finalizou informando que esse processo certamente gerará economias significativas e sinalização ainda mais forte de que o PIM é a melhor opção para os atingidos, com consequente aumento da adesão;

VISTO
BH. 05/04/2017

Gabriel Pereira de Mendonça

Promotor de Justiça

Curador de Fundações



- 5.25. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão ressaltou a necessidade de a Fundação observar os parâmetros de indenização ajustados no PIM nas composições conduzidas através da mediação sob os auspícios do TJMG. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza questionou se o atraso do pagamento dos alugueis está causando desconforto, no que foi respondido pelo Diretor Presidente que o processo vem sendo equalizado e que as equipes técnicas estão se mobilizando para reduzir os impactos;
- 5.26. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou sobre os contratos que estão sendo celebrados pela Fundação, no que foi respondido pelo Diretor Presidente que a maior parte dos contratos não possui valor de alçada que exija a submissão ao Conselho Curador. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann solicitou mesmo assim que seja reportado ao Conselho o volume de contratos celebrados e o valor acumulado;
- 5.27. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou sobre a existência de um protocolo formal para recrutamento e seleção para a Fundação, no que foi positivamente respondido pelo Diretor Presidente. Além disso, o Diretor Presidente ressaltou que será inserido no *site* da Fundação na internet as posições em aberto e os requisitos para inscrição e contratação;
- 5.28. Sobre o acompanhamento das reuniões anteriores, foi convidado o Sr. Guilherme Almeida Tângari, que apresentou o material consolidado sobre as ações realizadas e as ações pendentes. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza solicitou que a lista de demandas pendentes seja atualizada com os motivos dos atrasos na resposta, bem como a criticidade de cada pendência. O Presidente do Conselho salientou a necessidade de os conselheiros apontarem suas considerações no material apresentado e, por isso, sugere que as apresentações nas reuniões do Conselho sejam mais sintetizadas e assertivas;
- 5.29. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão questionou como está o processo da pesquisa qualitativa sobre os conhecimentos do trabalho da Fundação, bem como a preparação da Fundação para as audiências públicas que serão agendadas pelo MPF para cumprimento do TAP celebrado com as mantenedoras. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann acrescentou que a pesquisa deve captar a percepção da sociedade em relação aos trabalhos da Fundação e a demora em sua realização pode comprometer o entendimento sobre essas percepções dos *stakeholders*. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão acrescentou que essa pesquisa pode ser utilizada para conhecer a percepção das comunidades acerca da alteração no modo de vida decorrente da implantação do auxílio financeiro e pela proibição da pesca, no que o Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann acrescentou que o público deve ser nacional, dada a amplitude do acidente e de seu impacto. O Diretor Presidente informou que a pesquisa provavelmente se iniciará no final do mês de maio de 2017. O Presidente do Conselho recomendou que a Fundação compartilhe o termo de referência dessa pesquisa com os conselheiros antes de sua contratação. O Diretor Presidente concorda, mas, no entanto, ressaltou que num primeiro momento o grau de complexidade da pesquisa não será tão profundo, mas sim privilegiando uma visão instantânea das percepções, enquanto uma abordagem mais ampla requer mais tempo e profundidade;
- 5.30. Sobre o tema saúde e segurança, foi convidado o Sr. Rubens Bechara Junior, que iniciou sua apresentação mostrando os indicadores proativos e incidentes críticos, destacando que os registros vêm indicando dados muito baixos, mas ainda assim as ocorrências com veículos leves vêm sendo os maiores eventos para esse indicador. Sobre o resultado das auditorias de segurança das empresas contratadas, apresentou o resultado e respondeu ao questionamento do Presidente do Conselho sobre a percepção das empresas, qual seja, que as empresas, via de regra, são bem receptivas em relação ao processo de auditoria de segurança, já que o objetivo é o de desenvolvimento institucional e não de penalização. De qualquer forma, é importante que as auditorias realmente se convertam em medidas de melhoria das condições de trabalho. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou sobre o processo de auditoria, no que foi respondido pelo Sr. Rubens Bechara Júnior que existe um *checklist* de avaliação envolvendo aspectos formais e aspectos de campo. Questionado pelo Conselheiro Sr. Celso Castilho de

VISTO
BH. 05/04/2019

Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

[Handwritten signatures and initials]



Souza, o Sr. Rubens Bechara Junior informou que o processo de auditoria de segurança foi iniciado em dezembro de 2016;

- 5.31. Informou também sobre as blitzen de segurança em transportes de empresas terceirizadas e agregadas. Sobre as metas de segurança, apresentou três propostas: (i) a de taxa de acidentes registrados, compreendendo uma composição envolvendo os ramos de agronegócio, os serviços especializados em construção civil e o de reflorestamento, (ii) a matriz de responsabilidade da liderança, que deve ser a base da cultura de saúde e segurança, e (iii) o plano de ação de incidentes críticos. Não houve definição por parte do Conselho acerca deste assunto;
- 5.32. O Sr. Rubens Bechara Júnior informou que visitou o Consulado do Japão e que está sendo programada reunião com o Comando da Polícia Militar para discutir o modelo de policiamento comunitário baseado no modelo japonês. Sobre a caracterização de acidente, foi apresentada a análise sobre o modelo adotado por outras empresas, em que se concluiu que não há um padrão que possa ser adotado. O modelo proposto para a estatística de acidentes da Fundação considerará a caracterização de acidentes nas atividades controladas, o que não significa que as atividades monitoradas e as atividades não controladas não serão objeto de abordagem ou influência da Fundação. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão recomendou que, mesmo com essa definição, os acidentes envolvendo as atividades monitoradas e não controladas continuem a ser acompanhados pela Fundação. Além disso, ressaltou a importância do envolvimento pessoal das lideranças nas discussões de saúde e segurança. Em adição, o Conselheiro Sr. Ian Burton Wood salientou que o acidente ocorrido com a motocicleta e um caminhão não deve compor a performance de segurança da Fundação, mas recomenda que tais situações continuem a ser monitoradas e usadas nos processos de aprendizado da Fundação e das comunidades. Acrescentou a necessidade de verificar os protocolos internacionais de caracterização e exemplificou os do Conselho Internacional de Mineração e Metalurgia (*International Council on Mining and Metals - ICMM*). Questionado pelo Conselheiro Sr. Wilson Márcio Depes, o Sr. Rubens Bechara Júnior informou que não há nenhum processo ou reclamação envolvendo acidentes na Fundação desde o início das atividades. O Presidente do Conselho finalizou recomendando que os treinamentos de segurança não abordem acidentes simplesmente como dados estatísticos, mas sim como eventos inadmissíveis em uma organização, além de ressaltar a importância da liderança, mas também a necessidade de disseminar a cultura de saúde e segurança em todos os níveis da Fundação;
- 5.33. Adentrando nos assuntos para aprovação, foi convidada a Diretora de Desenvolvimento Institucional, Andrea Azevedo Aguiar, para apresentar o Relatório Anual de Atividades. O Presidente do Conselho iniciou a apresentação com o cronograma para aprovação e ressaltou a necessidade da presença da empresa de auditoria e do representante do Conselho Fiscal para a aprovação do Relatório Anual de Atividades, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood salientou a necessidade de uma aferição dos dados e informações de modo a garantir a inexistência de contradição ou equívoco em relação às informações emitidas pelas mantenedoras, considerando que as mesmas também reportam de alguma forma as ações de recuperação, reconstrução e reparação. O Diretor Presidente salientou que as empresas de auditoria foram contatadas, mas esse processo de assecuração somente será possível na medida do desenvolvimento dos programas. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood solicitou a inserção de um aviso (*disclaimer*) no Relatório Anual informando os dados de responsabilidade da Fundação e aqueles que devem ser observados junto às mantenedoras. Foi solicitado pelo Presidente do Conselho a verificação dos dados financeiros da Fundação em relação aos dados financeiros das mantenedoras;
- 5.34. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann entende que falta a informação do valor envolvido nas ações de reparação socioambiental e socioeconômica. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão entende que o ideal é informar os valores claramente

VISTO
BH 25/04/2017
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

[Handwritten signatures and initials]



comprometidos, considerando que o próprio Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) já os descreve. O Gerente Financeiro, Sr. Carlos Henrique Ribeiro, explicou a dinâmica das dotações ao longo dos anos e o Presidente do Conselho solicitou que a redação das informações financeiras nesse tópico seja revisada de forma a tornar mais clara essa informação;

- 5.35. A Diretora de Desenvolvimento Institucional abordou a dinâmica que permeou a redação do Relatório Anual de Atividades e as mensagens que devem ser atreladas ao documento. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood e o Conselheiro Sr. Wilson Márcio Depes parabenizaram pela qualidade do trabalho (fotografias, fontes, grafismos, etc.). Os conselheiros e o Diretor Presidente registraram o agradecimento à equipe responsável e parabenizaram pelo excelente trabalho desenvolvido;
- 5.36. Os conselheiros aprovaram o Relatório Anual de Atividades, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, condicionada a revisão dos pontos elencados acima, a inserção do aviso (*disclaimer*) e a realização de reunião com a empresa de auditoria;
- 5.37. Para solicitar a aprovação dos termos de cooperação com o INDI, BDMG e com a Prefeitura Municipal de Mariana, foi convidado o Diretor de Programas, Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo, que abordou inicialmente a conexão de tais acordos com o TTAC e a dinâmica de funcionamento dos acordos. Após a exposição, o Diretor de Programas solicitou a aprovação do Conselho Curador para celebração do acordo. Questionado pelo Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão, informou que não há neste instante compromisso financeiro com a celebração do acordo, o que posteriormente requisitará nova submissão ao Conselho Curador. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza reforçou a necessidade de que o Conselho Curador seja consultado acerca de qualquer tipo de desembolso e no atendimento às cláusulas dos referidos termos de cooperação. O Presidente do Conselho recomendou que alguns outros *stakeholders* sejam envolvidos na medida que a implementação do acordo avance e que também seja pensado posteriormente em programas de melhoria de produtividade na região de Mariana. O Diretor Presidente salientou que esse acordo é apenas parte das iniciativas para criação de alternativas econômicas, que compreendem programas e ações de empreendedorismo e desenvolvimento de vocações locais. Os conselheiros aprovaram a celebração do acordo;
- 5.38. Adentrando sobre a visão de longo prazo da Fundação, o Presidente do Conselho introduziu o assunto e informou que a ideia é a visita em alguma localidade em que os conselheiros possam verificar os trabalhos realizados. O Diretor Presidente comentou o roteiro inicial que foi encaminhado aos conselheiros para que possam criticar e retornar para a Diretoria;
- 5.39. Sobre revisão do TTAC, o Presidente do Conselho recomendou que seja criado um Comitê do Conselho Curador, formado pelos conselheiros Sr. Fábio José Feldmann, Sr. Celso Castilho de Souza e Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão para acompanhar tais assuntos relacionados à potencial revisão do TTAC e para fazer a interlocução com o MPMG. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann salientou a necessidade de protagonismo do Conselho Curador no processo de revisão do TTAC, inclusive envolvendo o engajamento com os órgãos do MP, estadual e federal. O Diretor Presidente reiterou que o relacionamento com o MPMG está satisfatório, mas o que parece dissonante é o nível de informação provido pelas mantenedoras, que é feito sem a participação da Fundação. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza se colocou à disposição para também participar das discussões da Fundação com o MPMG. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão ressaltou a necessidade de distinguir as abordagens, sendo uma a revisão de pontos do TTAC – assunto que nasceu de uma pretensão do CIF e que se limitaria a aspectos pontuais de aprimoramento derivados da experiência do primeiro ano de funcionamento do acordo e a outra, considerando a abordagem com o MPMG, que existem discussões visando um acordo abrangente que ponha fim processos judiciais envolvendo as mantenedoras e resulte na adesão do MP, estadual e federal, ao TTAC, com a consequente ratificação judicial do TTAC, recomendando que a Fundação

VISTO

BH. 05/04/2017

Gabriel Pereira de Mendonça

Promotor de Justiça

Curador de Fundações

[Handwritten signatures and initials]

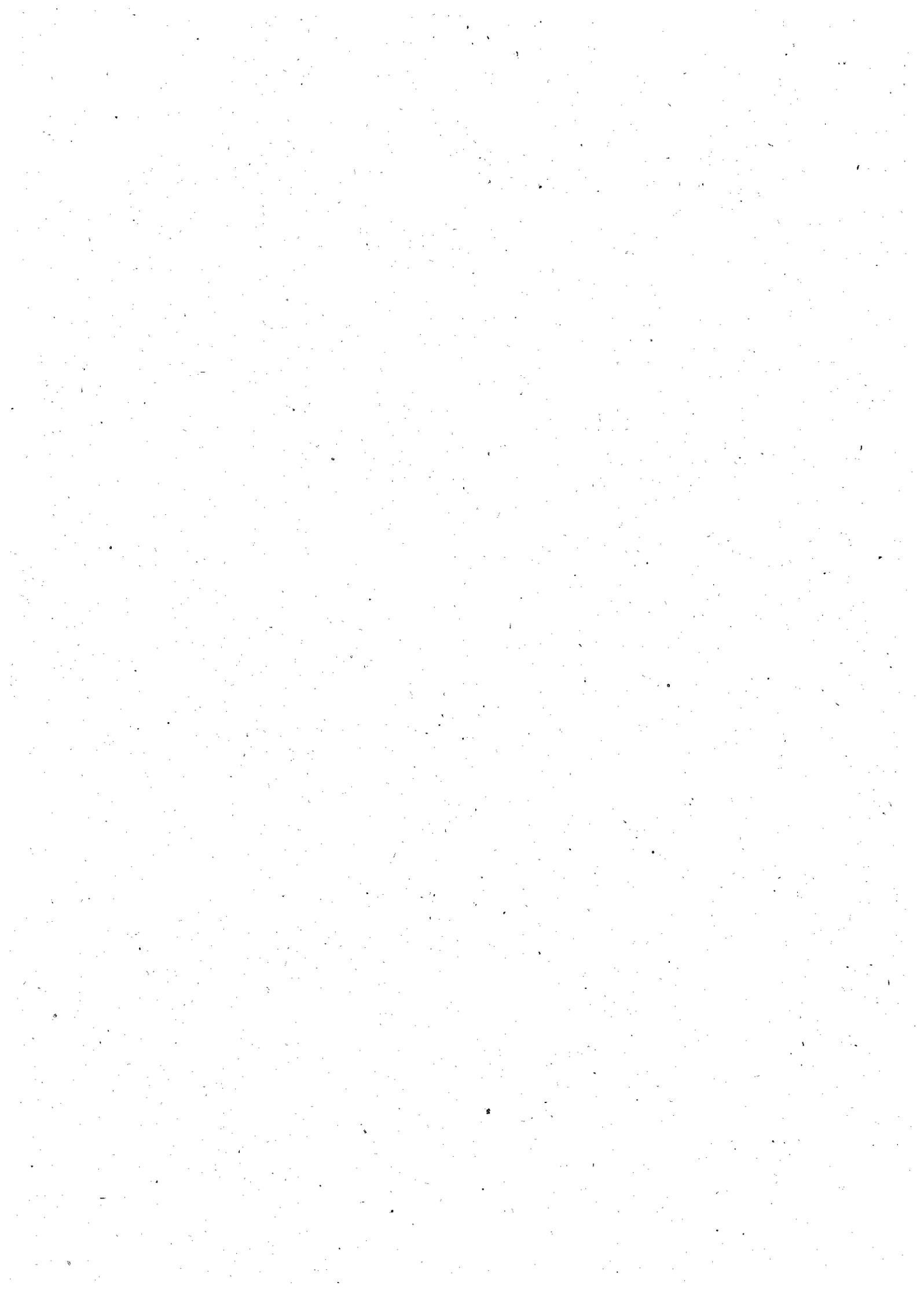


busque uma articulação mais produtiva com as áreas jurídicas das mantenedoras. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann concorda com esse tipo de análise, mas ressalta a autonomia da Fundação, o que impele os conselheiros a fazer essa interlocução independentemente das mantenedoras. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza será o contato para interlocução com o MPMG e o Conselheiro Sr. Wilson Márcio Depes fará essa interlocução com o MPES. O Gerente Jurídico, Sr. Leonardo André Gandara, promoverá uma reunião das áreas jurídicas das mantenedoras com a Diretoria da Fundação e com o Comitê formado pelo Conselho Curador;

- 5.40. Quanto ao Regimento Interno, o Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann sugere que a proposta de Regimento seja revisada, retirando as competências próprias da Diretoria e inserindo de forma mais assertiva os objetivos da Fundação. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entende que essa revisão pode esperar, já que o TAP em discussão pelas mantenedoras com o MPF pode afetar tal trabalho em alguma medida. O Presidente do Conselho recomendou a comparação com Regimentos de Conselhos, inclusive de empresas e de associações comerciais, para utilizar como fundamento para essa revisão. Foi solicitado a apresentação na próxima reunião para aprovação dos conselheiros;
- 5.41. Sobre a transição de contratos da mantenedora principal para a Fundação Renova, o Diretor de Programas atualizou os conselheiros sobre a situação desse processo. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann demonstrou preocupação quanto à responsabilidade da Diretoria e Conselho nos contratos assumidos pela Fundação Renova, vindos da mantenedora principal. O Diretor Presidente informou o conhecimento do risco, mas asseverou os processos garantidores desse processo, qual seja, auditoria de cada processo de contratação, revisão dos processos de compras de maior complexidade e sensibilidade. O Diretor de Programas apresentou o cronograma revisado para o término das atividades de verificação e auditoria dos contratos, com a previsão de entrega para o final do mês de maio, ressaltando que o que precisa ser dado visibilidade são eventuais passivos que possam ter sido trazidos para a Fundação. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann ressaltou que a Fundação não pode assumir compromissos eventualmente assumidos pela mantenedora principal e são necessários procedimentos e documentação claros para assunção de obrigações pela Fundação. Os conselheiros recomendam que a assunção de obrigações anteriores à constituição da Fundação deve ser analisada caso a caso e necessariamente devem ser lastreadas documentalmente;
- 5.42. Para apresentar a situação dos estudos e alternativas de solução para o reservatório de Candonga, o Diretor de Programas, Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo, iniciou informando sobre a entrega do Relatório de Trabalho de Candonga, ocorrida em 17 de abril de 2017, atendendo prazo definido em Deliberação do CIF. Aproveitou para informar sobre o resumo das simulações de prazo considerando dois cenários finais, um compreendendo a existência de dique intermediário e principal (cenário 1) e com dique intermediário e principal e barramento B (cenário 2). O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão ressaltou a necessidade de fazer constar nos relatórios entregues ao CIF sobre o projeto de Candonga, uma análise dos riscos envolvendo os barramentos e diques que estão sendo construídos. Acrescentou a necessidade de se levar em conta o monitoramento de longo prazo dessas novas estruturas erguidas para retenção e deposição do material dragado. Questionado pelo Conselheiro Sr. Ian Burton Wood, o Diretor de Programas informou como foi demonstrado o *range analysis* contido no Relatório apresentado aos órgãos públicos. O Diretor Presidente acrescentou que o modelo apresentado é dotado de uma transparência muito grande e flexível o bastante para cumprir os requisitos de segurança necessários e atender as demandas dos órgãos públicos. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou o *range analysis* para custo, e o Diretor de Programas informou que tal análise ainda não está finalizada, se comprometendo a enviar aos conselheiros assim que encerrar. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood considera que o Conselho Curador deve ter uma participação bastante próxima nas discussões, estratégias e decisões envolvendo o programa de Candonga. O Presidente do Conselho salientou a necessidade de compatibilizar, dentro dessa discussão, os aspectos econômicos de

VISTO
BH 05/04/2019
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Diretor de Fundações

[Handwritten signatures and initials]



continuidade dos trabalhos de dragagem e os aspectos técnicos relacionados à solução definitiva para disposição dos rejeitos. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann entende que o âmbito da discussão da Fundação é a viabilidade da remoção ou não dos rejeitos, considerando os potenciais impactos ambientais da remoção;

5.43. Continuando neste tema, o Diretor Presidente salientou quatro frentes de abordagem para a Fundação, quais sejam, prover (i) uma análise profunda da fase 1 do ponto de vista econômico, (ii) uma análise econômica da fase 2, (iii) uma análise comparativa do *trade off* ambiental e (iv) uma análise de risco ambiental. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood salientou a necessidade de manutenção das atualizações e progresso, e demonstrou preocupação com o baixo progresso desde a última reunião em que o assunto de Candonga foi tratado. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann salientou a necessidade de elaborar desde já um termo de referência para a avaliação ambiental da alternativa para disposição de Candonga. O Diretor de Programas concorda e salientou que a análise deve contemplar, em linhas gerais, os aspectos ambientais, os aspectos econômicos e os aspectos legais. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood salientou que o TTAC prevê a instalação do painel de especialistas para dirimir conflitos, portanto a Fundação deve considerar sua utilização para solucionar eventuais divergências quanto à solução para Candonga. Acrescentou, em relação à execução do projeto atual, que não se sente confortável com o cronograma de transição da mantenedora principal para a Fundação Renova apresentado, pois implica em superposição de responsabilidades entre a Fundação e a mantenedora principal até o fim de julho de 2017 (caso da construção das barreiras metálicas). Reiterou que existe uma questão de responsabilidade, inclusive legal, que deve ser revisitada para proteger a Fundação de eventuais problemas que ocorram no local, ocorrendo um acidente com uma barreira, por exemplo, a quem caberia a responsabilidade. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão ressaltou também a questão da divergência do relacionamento da Fundação e da mantenedora principal em relação a Prefeitura de Rio Doce. A negociação ou compensações com municípios deve ser avaliada à luz de uma análise mais ampla que leve em consideração que várias municipalidades são envolvidas de uma forma ou de outra com ações relacionadas ou à retomada das operações da mantenedora principal ou ações da Fundação, e que embora Fundação e Samarco sejam organizações autônomas entre si, essa distinção não é ainda inteiramente clara ao público externo, de sorte que deve haver preocupação com abordagens que tanto quanto possível procurem ser uniformes, até para evitar questionamentos no âmbito das regras de *compliance*. O Diretor de Programas informou o histórico da discussão com a Prefeitura de Rio Doce e salientou que a perspectiva de relacionamento da Fundação não é pela via da disputa com os municípios, obviamente observando rigorosamente os requisitos legais e os princípios de igualdade e proporcionalidade no tratamento com os municípios;

5.44. Adentrando no assunto do Plano de Manejo de Rejeitos, o Diretor de Programas apresentou as perspectivas, abordando a multiplicidade das soluções viáveis. O mais importante para se ressaltar é o modelo de construção coletiva das soluções, o que legitima os próximos passos da Fundação. O resultado parte da subdivisão de toda área afetada em 17 trechos, que foram enquadradas em áreas específicas conforme o impacto, e o cronograma para execução das ações de remoção, reconformação e recuperação das áreas desde já com a solução definida para implementação. As áreas restantes que não permitem neste instante a definição da solução foram inseridas em modelo de tomada de decisão quando da necessidade de definir as ações a serem implementadas. O Diretor Presidente salientou que o Plano é bastante realista e responsável, e as soluções definidas são as que foram intensamente escrutinadas, e a Fundação não apresentará soluções para as quais esse escrutínio não foi realizado. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou o prazo limite ligado à apresentação do Plano de Manejo de Rejeitos, no que o Diretor de Programas informou que a data é 8 de maio de 2017. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann ressaltou a necessidade de viabilizar o licenciamento para as ações planejadas, ou negociar uma forma de um licenciamento mais amplo contemplando todo o Plano de Manejo de Rejeitos;

VISTO
BH. 05/04/2017
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

[Handwritten signatures and initials]

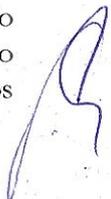


- 5.45. Sobre o PMQQS, o Diretor de Programas iniciou a apresentação com a linha do tempo de seu desenvolvimento, entrega e aprovação. Aproveitou para informar que as diversas discussões envolvendo o PMQQS levaram a implementar um sistema que ensejará uma revisão orçamentária. O Diretor Presidente aproveitou para ressaltar o intenso trabalho de construção desse plano ao longo dos meses conjuntamente com os diversos agentes públicos envolvidos. Informou os gastos com monitoramento desde janeiro de 2016, naquele momento conduzidos pela mantenedora principal. Cabe ressaltar que os monitoramentos, desde o evento da Barragem de Fundão, foram implementados a partir do atendimento a demandas fragmentadas de diversos órgãos, e o PMQQS é a consolidação de um plano mais institucional, unificado e sistêmico, ao mesmo tempo que garante o atendimento aos órgãos públicos, a transparência e disponibilidade de informação. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann recomendou que a Fundação aborde os diversos agentes sobre o legado desse plano de monitoramento, e também dar visibilidade para esses públicos;
- 5.46. Sobre a Deliberação n. 58 do CIF, o Diretor de Programas informou que a resposta foi encaminhada considerando que algumas localidades listadas para fins de consideração como área de abrangência socioeconômica já tinham pessoas sendo cadastradas pela Fundação. Os Conselheiros Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão e Sr. Ian Burton Wood salientaram que o problema da pesca pode não ter um caráter simplesmente de ordem socioambiental, mas muito mais um efeito colateral no tecido social das regiões afetadas, que já apresentava problemas graves de distribuição de renda e desigualdade antes mesmo do rompimento da Barragem de Fundão, o que nos impõe uma análise mais ampla e dedicada para entender com profundidade o problema, sobretudo os efeitos de pagamentos continuados de renda sem contrapartida laboral. O Presidente do Conselho recomenda que o assunto da proibição da pesca seja tratado de forma mais ampla e que a Diretoria Executiva o apresente nas próximas reuniões. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann sugeriu que façamos cruzamento com os censos de pescadores produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e contemplados pelo Programa Bolsa Família do governo federal. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão sugeriu que a Fundação priorize os processos de pagamento de adiantamento de indenização para os públicos elegíveis;
- 5.47. O Diretor de Programas informou que o processo de concorrência para a contratação da gerenciadora foi finalizado e será encaminhado para aprovação do Conselho. O presidente do Conselho estipulou o prazo até do dia 3 de maio de 2017 para aprovação do Conselho sobre o tema;
- 5.48. Sobre a agenda institucional da Fundação Renova para o ano de 2017, foi convidada a Diretora de Desenvolvimento Institucional, que apresentou os *workshops* e reuniões para os próximos 30 dias. O Presidente do Conselho pediu a manifestação dos conselheiros para discutir os assuntos nestes eventos, no que o Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann concordou, ainda mais pela conexão dos assuntos com as próximas ações e discussões que necessariamente chegarão ao Conselho Curador;
- 5.49. O Presidente do Conselho solicitou que todas as informações relacionadas a eventos externos sejam disponibilizadas no site do Conselho Curador. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood solicitou que a Fundação Renova informe em quais eventos está prevista a participação da mídia. Em relação a interações com o MP, o Diretor Presidente solicitou que seja feita uma comunicação específica aos membros do Comitê criado para lidar com o assunto;
- 5.50. Sobre o Comitê Técnico, o Presidente do Conselho apresentou a seguinte composição: José Carlos Carvalho (coordenação geral e biodiversidade, ecossistemas e restauração florestal), Britaldo Silveira Soares Filho (gestão do território e manejo da paisagem), José Cláudio Junqueira Ribeiro (gestão de resíduos sólidos), José Galizia Tundisi (gestão e tratamento da água), Tatiana Heid Furley (geoquímica ambiental) e Cláudio José Struchiner (Saúde), faltando indicar os nomes para as especialidades de estruturas geotécnicas, desenvolvimento econômico e social e povos indígenas, populações tradicionais e direitos humanos. Os conselheiros

VISTO
BH. 05/04/2017
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações





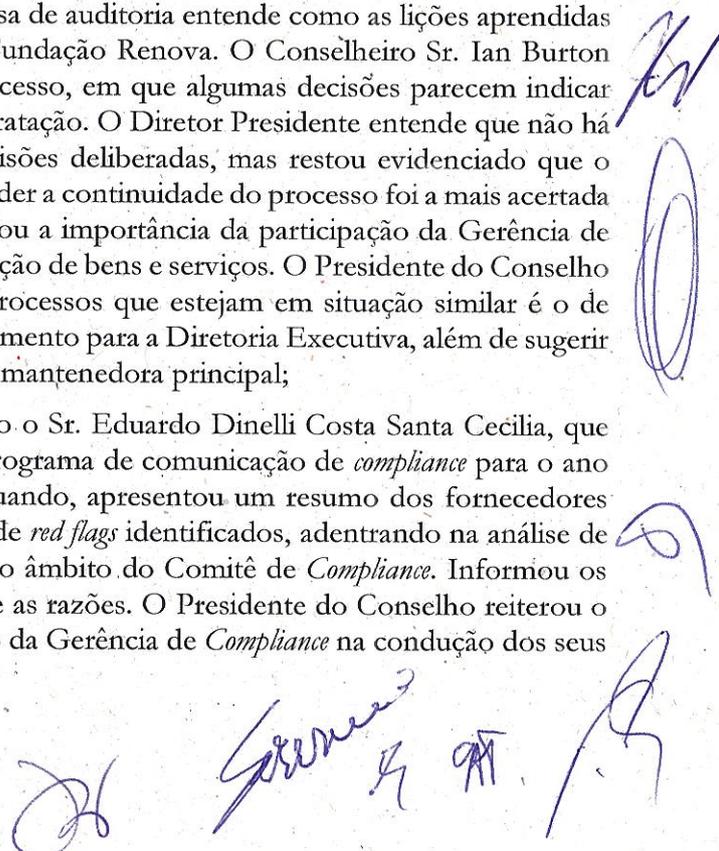




sugeriram considerar o nome do Dr. Ângelo Machado para compor o comitê técnico. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza sugeriu que este Comitê busque não somente assessorar a Diretoria Executiva, mas também ser motivado a fazê-lo por demanda do Conselho Curador ou de algum conselheiro. O Diretor Presidente salientou que existe uma dificuldade em relação aos especialistas nas áreas sociais, mas que a Fundação está buscando os profissionais. Os conselheiros aprovaram os nomes indicados;

- 5.51. Adentrando na composição atual do Conselho Consultivo, o Presidente do Conselho solicitou que o CIF seja abordado para indicação dos membros faltantes, notadamente os representantes das comunidades impactadas de Minas Gerais, de modo a garantir que as discussões sejam amplas neste fórum. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou sobre um desbalanceamento da representação do Estado de Minas Gerais, no que foi informado que de fato existe representação mineira, faltando essa representação para os representantes da comunidade impactada do referido Estado. Além disso, em relação à participação de um conselheiro consultivo na reunião do Conselho Curador, entendemos que a interação entre os conselhos é importante e salutar, portanto estamos prevendo algum tipo de diálogo e participação entre os mesmos. Participações externas ocorrem para temas específicos e estão condicionadas ao envio prévio de convite aprovado pelo próprio Conselho Curador;
- 5.52. Sobre a indicação do Conselho Curador para compor o Conselho Consultivo, os conselheiros aprovaram o nome da Professora Aline Gonçalves Louzada, docente da FAESA. A Professora Aline possui graduação em Biologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestrado em Engenharia Ambiental pela mesma instituição e Pós-graduação em Gestão Educacional Integrada: administração, supervisão, orientação e inspeção, pelo Centro de Estudos Avançados em Pós-graduação e Pesquisa, CESAP, em Vitória, Estado do Espírito Santo;
- 5.53. Sobre a auditoria do processo de contratação da gerenciadora, foi convidado o Sr. Rafael Marchi, da empresa Deloitte, que iniciou sua apresentação informando em linhas gerais como o processo de auditoria foi conduzido, suas etapas e o cronograma. Entrou em detalhes no fluxograma do processo, informando aos conselheiros o que foi identificado em cada etapa do processo e as ponderações acerca de cada item verificado. Após esse detalhamento, atingiu a análise das propostas comerciais, demonstrando algumas incongruências em relação ao modelo que os analistas habituados a negociações dessa natureza conhecem como práticas normais. Finalizou a apresentação com o que a empresa de auditoria entende como as lições aprendidas a serem internalizadas pelos processos da Fundação Renova. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood demonstrou preocupação com o processo, em que algumas decisões parecem indicar uma tentativa de frustrar o processo de contratação. O Diretor Presidente entende que não há como afirmar a ocorrência de erros ou decisões deliberadas, mas restou evidenciado que o processo estava viciado e a decisão de suspender a continuidade do processo foi a mais acertada e responsável. O Diretor Presidente asseverou a importância da participação da Gerência de *Compliance* em todos os processos de contratação de bens e serviços. O Presidente do Conselho deixou claro que a ação a ser tomada em processos que estejam em situação similar é o de suspensão imediata do processo e encaminhamento para a Diretoria Executiva, além de sugerir o compartilhamento das informações com a mantenedora principal;
- 5.54. Acerca da pauta de *Compliance*, foi convidado o Sr. Eduardo Dinelli Costa Santa Cecília, que iniciou a apresentação com a proposta do programa de comunicação de *compliance* para o ano de 2017, detalhando cada iniciativa. Continuando, apresentou um resumo dos fornecedores analisados em março de 2017, a quantidade de *red flags* identificados, adentrando na análise de dois casos específicos objeto de discussão no âmbito do Comitê de *Compliance*. Informou os fornecedores reprovados no mês de março e as razões. O Presidente do Conselho reiterou o total suporte do Conselho Curador à atuação da Gerência de *Compliance* na condução dos seus trabalhos;

VISTO
BH. 05/04/2017
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações





VISTO
BH. 05/04/2019
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

- 5.55. Para apresentar o panorama jurídico, foi convidado o Sr. Leonardo André Gandara, que atualizou os conselheiros sobre o contencioso judicial da Fundação Renova, informando sobre a estratégia jurídica para as próximas audiências. Falou sobre a operacionalização do acordo com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Aproveitou para adiantar o encaminhamento de dois acordos que serão encaminhados nos próximos dias para aprovação dos conselheiros, a saber, (i) a celebração de Termo de Colaboração com o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) e as mantenedoras, visando à adequada resolução de conflitos relacionados à interrupção do fornecimento de água em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, e (ii) a celebração de Termo de Compromisso com o MPMG e a Fundação Renova, visando o monitoramento da qualidade da água dos Municípios de Governador Valadares, Tumiritinga, Resplendor, Itueta e no Distrito de Perpétuo Socorro, do Município de Belo Oriente, em decorrência dos rejeitos liberados no rompimento da Barragem de Fundão;
- 5.56. Sobre o pedido de aprovação para constituição da unidade autônoma da Fundação Renova no município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, a Diretoria Executiva formalizará o pedido para deliberação na próxima reunião do Conselho Curador;
- 5.57. Sobre os aspectos financeiros, foi convidado o Sr. Carlos Henrique Ribeiro, que iniciou sua apresentação com o demonstrativo de saldo de caixa e passou para a explanação sobre a aplicação dos recursos da Fundação, conforme a Política de Investimentos. O Sr. Carlos Henrique Ribeiro informou que as mantenedoras fizeram, na última semana de abril de 2017, o último depósito referente ao Termo de Compromisso Preliminar para Criação de Reserva e Implementação de Medidas de Reparação Socioeconômica e Socioambiental na Área de Barra Longa, celebrado pelas mantenedoras com o MPF. Apresentou também as diferenças entre os valores projetados e os valores realizados no mês de março de 2017. O Presidente do Conselho recomendou que seja prevista uma reunião semestral do Conselho Curador com a empresa de auditoria e com o Conselho Fiscal;
- 5.58. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood considerou a reunião como positiva, ressaltando o volume do material, cada vez maior e complexo. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão destacou a recorrência de alguns assuntos. O Conselheiro Sr. Luiz Soresini entende que a reunião foi muito produtiva. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza também entendeu nesse sentido, ressaltando a ótima deliberação sobre a constituição do Comitê Técnico. O Conselheiro Sr. Wilson Márcio Depes entende que a reunião está sendo aprimorada e ganhando celeridade nas discussões e nas decisões. O Presidente do Conselho ressaltou a necessidade de não repetir materiais de apresentação, para tornar o assunto menos cansativo. Sobre os assuntos recorrentes, o Conselho Curador deverá selecionar os temas mais relevantes de cada reunião para focar e concentrar esforços. Finalizando a reunião, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e participação de todos.
6. **Deliberações Tomadas:** Cumpridas todas as formalidades previstas na legislação pertinente e no Estatuto da Fundação Renova, os conselheiros presentes, após debates e discussões, aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações:
- 6.1. O Relatório Anual de Atividades, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, condicionada a revisão dos pontos elencados acima, a inserção do aviso (*disclaimer*) e a realização de reunião com a empresa de auditoria;
- 6.2. A celebração dos Termos de cooperação com a Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INDI) e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG);
- 6.3. A criação de Comitê do Conselho Curador, formado pelos conselheiros Sr. Fábio José Feldmann, Sr. Celso Castilho de Souza e Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão para

06

Soresini

FF

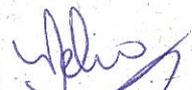
09

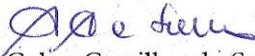


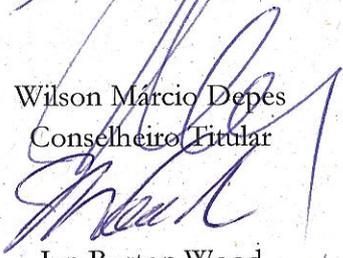
acompanhar assuntos relacionados à potencial revisão do TTAC e para fazer a interlocução com o MPMG;

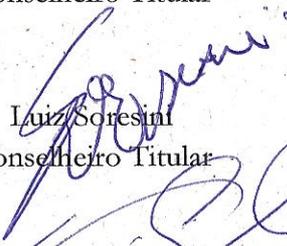
- 6.4. A composição do Comitê Técnico, com os seguintes indicados: (i) José Carlos Carvalho (Coordenação Geral e Biodiversidade, ecossistemas e restauração florestal), (ii) Britaldo Silveira Soares Filho (Gestão do território e manejo da paisagem), (iii) José Cláudio Junqueira Ribeiro (Gestão de resíduos sólidos), (iv) José Galizia Tundisi (Gestão e tratamento da água), (v) Tatiana Heid Furley (Geoquímica ambiental) e (vi) Cláudio José Struchiner (Saúde);
 - 6.5. A indicação da pessoa abaixo indicada para compor o Conselho Consultivo da Fundação Renova, conforme previsto nos artigos 39, §1º, e 40, do Estatuto da Fundação:
 - (a) **ALINE GONÇALVES LOUZADA**, docente da FAESA, bióloga e mestre em engenharia ambiental.
 - 6.6. A remuneração para os membros da Diretoria Executiva para o período entre agosto/2017 e julho/2018 no valor total de R\$3.974.146,34 (três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos), nos termos do Artigo 58 do Estatuto da Fundação Renova.
7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

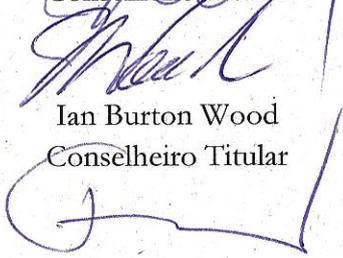
Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.

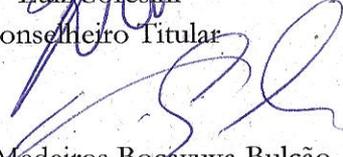

Wilson Nélio Bruner
Conselheiro Titular

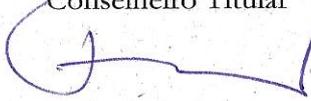

Celso Castilho de Souza
Conselheiro Titular

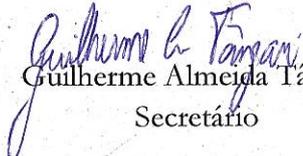

Wilson Márcio Depes
Conselheiro Titular


Luiz Soaresini
Conselheiro Titular

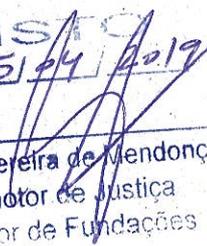

Ian Burton Wood
Conselheiro Titular


Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão
Conselheiro Titular


Fábio José Feldmann
Conselheiro Titular


Guilherme Almeida Tangari
Secretário

VISTO
BH, 05/04/2019


Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

